

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE HISTÓRIA

**AFRO-LATINO-AMÉRICA E SINBA:
MOVIMENTO NEGRO E SABERES EMANCIPATÓRIOS (1970)**

DOUGLAS DE JESUS GONÇALVES

DRE: 115039324

RIO DE JANEIRO

2019

Douglas de Jesus Gonçalves

**AFRO-LATINO-AMÉRICA E SINBA:
MOVIMENTO NEGRO E SABERES EMANCIPATÓRIOS (1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Amilcar Araujo Pereira

Rio de Janeiro
Dezembro de 2019

*Para Marielle Franco
e todos os militantes socialistas negros e negras*

AGRADECIMENTOS

O processo de se graduar em uma universidade pública sendo “filho da classe trabalhadora” e o “primeiro da família” a entrar nela é constantemente perpassado por essa realidade; afinal, os(as) universitários(as) que ocupam as carteiras da UFRJ hoje são bem diferentes daqueles(as) que ocuparam na maior parte dos 100 anos que esta Universidade completa no ano de 2020. Por isso, dedico este trabalho àqueles que me criaram com muita presença e preocupação, que possibilitaram a conclusão desse curso e que nunca tiveram qualquer possibilidade de vislumbrar um curso de graduação em uma instituição como essa: minha mãe Aparecida de Jesus Ribeiro Gonçalves, meu pai José Lucio Gonçalves, e todos aqueles ancestrais, negros e brancos, cuja passagem por esta terra foi marcada por uma vida de lavouras de café.

Agradeço em segundo lugar meu orientador Amilcar Pereira e todas(os) as(os) membras(os) do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (Gepear/UFRJ), o qual eu tive a imensa felicidade de compor no início de 2019. Muito mais do que excelente educador, historiador e orientador, Amilcar foi um grande parceiro de projetos e eventos e um excelente piadista. No Gepear me senti como nos grupos de pesquisa do movimento negro na década de 1970, debatendo e construindo semanalmente conhecimentos com marcos teóricos e compromissos políticos que a academia, infelizmente, ainda não tem. A filosofia do AYA, símbolo parte dos adinkras do império Ashanti e que é o símbolo do grupo, seguirá marcada na minha vida. *Resistência; Sobrevivo mesmo diante das adversidades; Eu não tenho medo de você.*

Agradeço à professora Giovana Xavier pelas trocas através da Didática Especial, disciplina que acompanha o estágio obrigatório, o qual realizei com muito proveito no CEFET/RJ, *Campus Maracanã*. Minha graduação e meus campos de interesse educacionais e acadêmicos são muito marcados pelos seus ensinamentos e pelas(os) intelectuais negras(os) que você me apresentou. Agradeço também ao professor Claudio Pinheiro pelas disciplinas de *Escravidão em contextos não-africanos* e de *Pensamento Pós-colonial*; também à professora Lise Sedrez, fica meu agradecimento por ter me possibilitado as primeiras experiências em um arquivo público; e à professora Monica Lima, pelo imenso carisma, inspiração e apoio na idealização e realização do encontro orí — encontro de estudantes de

História da África e das relações étnico-raciais que aconteceu entre 29 de outubro de 1 de novembro no IFCS-IH/UFRJ.

Em terceiro lugar, agradeço aos meus amigos e amigas. Primeiramente os paulistas, que me acompanham desde a infância e adolescência e que continuaram me acompanhando mesmo com minha mudança da pequena Itatiba para o Rio de Janeiro: Vinícius Savietto, Ana Paula Miranda e Camila Mendes. E também os amigos cariocas, que a universidade me apresentou e que estão no presente momento próximos de mim: Jullia, Camila, Simone, Fernanda, Letícia, Rixa, Odara e tantos outros.

Nesse ponto de amigos, incluo também aqueles que a luta me apresentou, especialmente através da Rede Emancipa, movimento social de educação popular, que foi a organização onde mais amadureci politicamente desde junho de 2013, meu primeiro marco de consciência política. O Emancipa me ensinou todos os dias, desde o dia em que vesti a camiseta verde pela primeira vez; fui transformado atuando em aulas públicas, em círculos, na comunicação, nas ruas, nas periferias, no interior, nas extensas reuniões, nas formações de quadros “Escola Emancipa” e na socioeducação, com os adolescentes privados de liberdade no DEGASE, os quais pude ter uma breve porém potente experiência. Agradeço a Josemar, Nico e Juliano e em especial a Talita, Vanderlea, Linna, Nayana — quatro mulheres negras incríveis que tive o prazer de trocar muita política e afeto e que estavam ansiosas por esta monografia desde o anúncio do tema. Agradeço também a Marília, Vitor Hugo e Zeneide, que apesar de não construírem o Emancipa, também são amigas que se encontram nas trincheiras de luta.

Finalizo agradecendo a todos(as) que fizeram parte, ainda que brevemente, desta trajetória que se iniciou nos vestibulares de 2014. De Itatiba ao Rio de Janeiro, já não consigo me reconhecer, tamanha que foi a transformação.

As tarefas dos estudantes

Aos alunos, nós dissemos: vocês são os continuadores da revolução, em vocês, colocamos todas as nossas esperanças do futuro do nosso povo.

Mas para que possamos continuar a revolução, devem assumir o sentido profundo de sua missão de estudantes.

Compreender que a escola, onde estudam, é o fruto do sangue e do sacrifício do nosso povo. As pedras, as paredes, o teto são o resultado do sangue, do sangue que se misturou ao suor das paredes, que permitiram a construção do telhado. Suor e sangue de nossos antepassados. Sacrifícios e privações de nossos antepassados que construíram as escolas.

(...)

Estudar, a tarefa prioritária. Estudar para melhor servir o povo e não utilizar seus conhecimentos em benefícios próprios e contra os interesses populares. Vocês tem a escola para cumprir uma tarefa que o povo lhes confiou e não para realizar seus desejos pessoais.(...)

Outros devem produzir para não esquecer sua origem de classe, para aprender a ligar sempre teoria e prática, base do conhecimento científico.

Produzir para que a escola seja suficiente. (...)

Discurso de Samora Machel, revolucionário moçambicano, para profissionais da educação, em Maputo, março de 1977.

TÍTULO: Afro-Latino-América e Sinba: movimento negro e saberes emancipatórios (1970)

RESUMO: Mobilizando a história oral e dois jornais da imprensa negra (a seção “Afro-Latina-América” e o jornal *Sinba*), este trabalho tem como objetivo identificar como se constituiu o movimento negro na década de 1970, apontando suas influências externas e internas, formas de organização e instrumentalização da imprensa e os saberes emancipatórios constituídos. Compreende-se que no auge da contracultura, em plena Ditadura Militar, em um Atlântico Negro (GILROY, 2001) pautado pela efervescência das lutas antirracistas e anti-coloniais, o movimento negro brasileiro foi capaz de influenciar e ser influenciado de diversos modos, disputando a hegemonia do mito da democracia racial, elaborando a concepção raça-classe e construindo uma consciência racial afro-referenciada, reeducando o Estado, a sociedade e a si próprio.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento negro; Imprensa Alternativa; Imprensa Negra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – O movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos e políticos	13
CAPÍTULO II – Imprensa negra: a comunicação como ferramenta militante	23
2.1. A seção “Afro-Latino-América”	25
2.2. O jornal <i>Sinba</i>	30
CAPÍTULO III – A luta contra o racismo nos anos de 1970	35
3.1. O mito da democracia racial e a análise raça-classe	35
3.2. Diáspora africana e a luta internacionalista	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
JORNAIS CONSULTADOS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

Um movimento social não é aquilo que os seus participantes querem que seja, nem aquilo que dizem ser. Um movimento social é o que pode ser, de acordo com as condições em que foi criado e que se desenvolve. A luta dos negros no Brasil não é algo que tenha surgido da cabeça de algumas pessoas. Ela é o fruto de um passado que determinou sua necessidade e de um presente que a torna possível.

(Sinba, n.3, Ago. 1979, p.3)

Entendendo que “a escravidão penetrou cada um dos aspectos da vida brasileira” (GOMES, 2005: 9), com a inacabada Abolição de um regime que durou mais de três séculos, nossa República não deixaria de reproduzir, ainda que de diferentes formas, elementos daquilo que constituiu o Brasil colonial e imperial. Um deles é o racismo, que justificou, na teoria e na prática, a subjugação, inferiorização e exploração de povos indígenas e africanos traficados pelo Atlântico. Entretanto, se “onde houve escravidão houve resistência” (Ibidem), no pós-abolição não seria diferente: parte da população negra, ao mesmo tempo que questionava a situação do negro na República, viu neste mesmo regime uma inspiração para ampliar seu associativismo e suas ações coletivas (DOMINGUES, 2018: 114), constituindo o que veio a ser chamado *movimento negro*. O movimento negro brasileiro é, assim como o próprio país e sua história, complexo e heterogêneo: em suas origens, seus métodos de atuação, elaborações teóricas, formas de intelectualidade, estéticas... Essa diversidade é produto de um complexo de diferentes formas de pensar (e agir com) respostas às questões raciais do Brasil, *pensamentos-ações* estas que mudaram e seguem mudando no tempo e no espaço.

Pensando nas primeiras décadas do século XX, temos a Frente Negra Brasileira (FNB) como a organização que mais teve visibilidade, principalmente pelo seu tempo de existência (1931-1937) e pelas atividades políticas que realizava:

“A agremiação contava com um seção de beleza, bar, local para jogos e divertimentos, gabinete dentário e um posto de alistamento eleitoral. Mantinha escolas, bibliotecas, grupo musical, corpo cênico, time de futebol, além de oferecer um Caixa Beneficente, serviços médicos, de assistência jurídica, cursos de artes e ofícios e de publicar um jornal: *A Voz da Raça*.” (Ibidem: 116).

Desde o fim do século XIX, a Imprensa foi um instrumento fundamental para o movimento negro, como veremos mais à frente. As elaborações d’*A Voz da Raça*, jornal paulista que chegou a ter uma tiragem em torno de 4 mil exemplares, circularam por muitos lugares do Brasil e em outros países do continente americano, chegando até em Moçambique, no continente africano. Em 1936, a FNB obteve um registro eleitoral para se configurar enquanto partido político, mas acabou sendo dissolvida, como todas as outras organizações políticas, a partir da instauração da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Durante o regime (1937-1946) prevaleceram as organizações negras de caráter mais cultural e recreativo, sendo somente após ele que associações mais fortalecidas puderam incidir mais na sociedade — como foi o caso da União dos Homens de Cor (UHC), cujo objetivo era “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressar na vida social e administrativa do país”, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento¹ com o objetivo de ser uma organização de atores e atrizes negras, a princípio, tomando um corpo mais político posteriormente (Ibidem: 117).

Outras associações foram criadas nos anos da Segunda República, sendo novamente interrompidas com o golpe que deu início à Ditadura Militar (1964-1985). Assim como no Estado Novo, o regime foi caracterizado, entre tantos aspectos, pela criminalização de todo movimento político no país, tendo desarticulado e lançado à clandestinidade as lideranças dos movimentos sociais — inclusive do movimento negro. Dessa vez, até mesmo as organizações recreativas e carnavalescas estavam sob o olhar da Ditadura, que intensificou sua repressão

¹ Abdias do Nascimento (1914-2011) é um dos grandes nomes do movimento negro brasileiro do século XX. Além de ter atuado na FNB e fundado o TEN, organizou também o I Congresso do Negro Brasileiro (em 1951), e o IPEAFRO (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros, em 1981). Foi um dos precursores do movimento pan-africanista e negritude no Brasil, além de ter participado da fundação do MNU (Movimento Negro Unificado, em 1978) e do PDT (Partido Democrático Trabalhista, em 1981).

com o Ato Institucional nº 5,² em 1968 (Ibidem: 118). Ano decisivo na história do século XX, 68 representa não apenas os grandes movimentos de massas nas ruas, heterogêneos e protagonizados pela juventude, mas também um ápice a nível internacional das “disputas por propostas políticas, visões de mundo, padrões estéticos, comportamentais e paradigmas teóricos” (FICO E PAULA, 2009: 18). As convulsões sociais no Brasil nesse período, ora direta, ora indiretamente, também se localizam nesse processo.

Mesmo diante do acirramento político e do fechamento do regime, negros e negras brasileiras não deixaram de se movimentar: já no início dos anos 70 em São Paulo e no Rio Grande do Sul grupos teatrais seriam retomados, enquanto que no Rio de Janeiro o fenômeno do *Black Rio* — movimento ligado musical e esteticamente à cultura “soul”, bastante inspirado nos Estados Unidos — emergiria com força, crescendo o “*breque-pau*” da comunidade negra carioca e incomodando dos setores intelectuais até os órgãos repressores. No capítulo intitulado *A retomada político-ideológica* do livro *Lugar de Negro* que escreveu com Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez³ (1982: 30) afirma que enquanto as principais lideranças negras estavam isoladas politicamente, “a negadilha jovem começou a atentar para certos acontecimentos de caráter internacional: a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e as guerras de libertação dos povos negroafricanos de língua portuguesa”. Como abordaremos mais a frente, essa circulação de referências entre Brasil e Estados Unidos acontece desde o início do século XX, com o intercâmbio entre os jornais *O Clarim d’Alvorada* e *Chicago Defender*, por exemplo (PEREIRA, 2013: 151).

Na década de 1970 surgem agrupamentos e entidades negras com um novo caráter, diferente das anteriores em sua forma de politização. O movimento negro passa a ter uma narrativa política diferente, alinhando-se mais à esquerda e passando a receber contribuições (e contribuindo) para o debate político nacional e internacional com maior intensidade —

² Os Atos institucionais foram as principais legislações durante o regime militar. O AI-5 é considerado o mais duro dos atos por representar a maior intensificação da repressão, com a suspensão de direitos constitucionais e com a institucionalização da tortura como instrumento do Estado. Foi assinado em 13 de dezembro de 1968 pelo militar Artur da Costa e Silva.

³ Lélia Gonzalez (1935-1994) foi uma intelectual e militante socialista, sendo uma das principais vozes do feminismo negro brasileiro no século XX. Nascida em Belo Horizonte (MG), esteve envolvida com entidades como o IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras) e o MNU, já citado aqui. Carlos Hasenbalg (1942-2014) foi um sociólogo argentino que desde 1969 atuou no Brasil pesquisando relações raciais e mobilidade social, tendo dialogado bastante com o movimento negro.

fatores que ficam evidentes quando direcionamos os olhos à imprensa negra da época. Desse ponto parte esta pesquisa. Instrumentos como o *Sinba* e a coluna “Afro-latino-América”, jornais construídos por militantes do movimento negro nesta década, surgem com novos objetivos e novas agendas, refletindo que com o passar do tempo, a ação direta, a disputa política interna e externa ao movimento, o exercício de conscientização, a elaboração conceitual-teórica, o alinhamento com outras entidades, a busca por inspirações transcontinentais e outras práticas passam a ficar cada vez mais frequentes entre as figuras do movimento negro. Em resumo, falamos de um novo momento na história do antirracismo brasileiro.

À luz da trajetória desses dois instrumentos da imprensa negra, buscaremos entender como se deram as influências que constituíram essa nova agenda política e, a partir dela, de que forma a imprensa foi instrumentalizada pelo movimento negro para *reeducar o Estado, a sociedade, a si próprio*,⁴ disputando hegemonias, na luta contra o racismo. Como os negros em movimento, em um período tão acirrado politicamente, disputaram as narrativas políticas de um Estado submerso no *mito da democracia racial*? Em que medida a atuação do movimento negro nesse período, com um caráter emancipatório tão diferente como vimos aqui, trouxe ensinamentos para o próprio movimento negro, reeducando-o? Afinal, *é possível conceber as práticas dos movimentos sociais como práticas educadoras*?

⁴ Mobilizamos neste trabalho as contribuições elaboradas Nilma Lino Gomes. Ver Capítulo 1.

CAPÍTULO I — O movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos e políticos

O que é movimento negro

Para começar, é importante introduzir algumas discussões que perpassam em diferentes dimensões este trabalho. Primeiramente, falaremos sobre *o que é* movimento negro. Toda organização protagonizada por negros pode ser caracterizada como *movimento negro*, independente do caráter, do tempo e do espaço? Ou o termo está restrito a um tipo específico de movimento? O educador e pesquisador do movimento negro contemporâneo Amílcar Pereira (2014: 111), nesta discussão, mobiliza Joel Rufino dos Santos⁵. Este importante historiador do movimento negro argumenta em um artigo que, na época em que escrevia, haviam dois sentidos para a palavra “movimento negro”: um estrito, “excludente”, que considera movimento negro “exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos, consagrados explicitamente à luta contra o racismo” (SANTOS, 1985: 287); e outro mais amplo, “melhor”, que considera movimento negro “todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros” (Ibidem: 303). Tendo em vista a necessidade de se construir uma continuidade dentro da heterogeneidade das lutas da população negra brasileira, preferimos aqui considerar a ideia mais abrangente de movimento negro.

Mas é movimento negro ou *movimentos negros*? Lélia Gonzalez, contextualizando toda a complexidade e multiplicidade da população negra e de suas formas de organização, questiona:

(...) será que dá pra falar *do* Movimento Negro? É claro que, se a gente adota a perspectiva acima delineada, não dá. Como não daria para falar *do* Movimento de Mulheres, por exemplo. No entanto, a gente fala. Exatamente porque está apontando

⁵ Joel Rufino dos Santos (1941-2015) foi um historiador e escritor referência nos estudos sobre cultura africana. Natural do Rio de Janeiro, foi Doutor em Comunicação pela UFRJ. Tendo escrito dezenas de obras, ganhou diversas vezes o prêmio Jabuti, o mais importante da Literatura brasileira.

para aquilo que os diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. (GONZALEZ, 1982: 19).

Refletindo sobre essa abordagem de Lélia e, ainda como Pereira (Idem), em respeito à “forma como as lideranças se reconhecem” e também à “sua perspectiva política de busca por alguma ‘unidade’ dentro da pluralidade que é o movimento”, adotamos nesse trabalho o termo no singular: *movimento negro*.

Movimento negro e História

Outro importante apontamento é o fato de que por muito tempo a produção historiográfica não olhou com importância para o papel dos movimentos sociais na história. De modo global, mesmo a partir dos anos 1930, quando as análises rankianas passaram a ser superadas pela interdisciplinaridade e pelo paradigma da história-problema da escola dos *Annales*, ainda se manteve uma abordagem generalizante, focada em justificar fenômenos a partir de macro-estruturas, como é o caso da história econômica. Na metade do século, porém, há uma mudança mais significativa com o ápice da produção estruturalista, dos usos das ciências sociais e de “tensões sociais que dificilmente a comunidade dos historiadores podia continuar a ignorar” (CASTRO, 2011: 42), as quais já comentamos por aqui. A ação humana passa então a ter mais atenção, se concretizando em novas agendas como a *História vista de baixo* e os *Estudos Culturais*.⁶

Essas agendas impactaram também a produção acadêmica brasileira, que nas últimas décadas produziu muito no campo dos movimentos sociais do país, estando a historiografia sobre movimento negro neste processo. É possível dizer também que a recente exigência de ensino de história e cultura da afro-brasileira, somada às políticas que enegreceram o perfil

⁶ *History from below* é o nome dado à corrente historiográfica que, diante da crise do historicismo e das mudanças que ocorriam nos *Annales*, propôs estudar a história dos grupos “esquecidos”, como operários, camponeses e artesãos. Surge na Inglaterra em torno de figuras como Christopher Hill (1912-2003) e Edward Palmer Thompson (1924-1993) — conhecido pela obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963). O campo dos *Cultural Studies* emerge no mesmo ambiente, tendo a frente o sociólogo negro jamaicano Stuart Hall (1932-2014). Esses intelectuais estavam em torno da conhecida revista *New Left Review*, fundada em 1960 no Reino Unido, sendo Stuart Hall o primeiro a dirigir o veículo (que existe até hoje).

universitário, foram decisivas no aumento de pesquisas neste campo.⁷ O tema, porém, segue sendo ainda bastante sub-explorado em detrimento de outros, mesmo sendo de suma importância entender a contribuição desses movimentos na formação do Brasil. Como argumenta Amílcar Pereira, em *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil* (2013: 39):

O conhecimento da história do movimento negro politicamente organizado no Brasil é fundamental para que se torne possível a compreensão dos meandros dos recentes debates sobre igualdade, democracia e justiça, que têm gerado tantas polêmicas e mobilizando tantas paixões no Brasil Contemporâneo. Principalmente quando se trata das possibilidades de construção de políticas de ação afirmativa para negros. Políticas estas, que ganharam ainda mais visibilidade a partir da implementação de cotas para negros em universidades públicas e que somente entraram na pauta de discussão em nossa sociedade em função da atuação do movimento negro.

A proposta deste trabalho é caracterizar o discurso e a prática política do movimento negro brasileiro na década de 1970 e como este buscou disputar narrativas políticas hegemônicas, reeducando o Estado, a sociedade e a si próprio enquanto movimento. Não entendemos aqui que houve uma ruptura completa e consciente com a trajetória anterior, afinal, há alguma continuidade e semelhança com as elaborações anteriores, sendo a atuação dos movimentos sociais sempre permeadas pelas contingências da conjuntura. A questão é entender como, através da análise de dois veículos da imprensa negra, novos elementos constituem a leitura que o movimento negro faz do racismo e, portanto, novas elaborações políticas e campos de atuação emergem. Um desses elementos de influência são as lutas que acontecem em nível internacional, como as lutas anticoloniais e antirracistas da África e dos Estados Unidos. Mas não se busca aqui fazer uma comparação com os movimentos vinculados às questões de raça do Brasil e de fora dele, nem enxergar os movimentos externos

⁷ Me refiro à lei 10.639/2003, que torna obrigatório a presença no conteúdo programático das escolas brasileiras a “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” e inclui no calendário escolar o Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Esta lei foi posteriormente complementada pela exigência de História Indígena na lei 11.645/2008. Também me refiro à Lei de Cotas (12.711/2012), que exige que as instituições federais reservem 50% de suas vagas para as cotas, tendo raça, renda e origem de escola pública como critérios.

como únicos influenciadores do movimento negro brasileiro. De acordo com Amilcar Pereira, interpretamos aqui que existiu um

processo “de via de mão-dupla” no que se refere à construção e utilização dos referenciais políticos e teóricos na diáspora africana, ao contrário de afirmações, que ainda podem ser encontradas em setores da academia e dos meios de comunicação de que existiria uma simples “importação” de referenciais e modelos levada a cabo pelo movimento negro no Brasil (2013: 42).

Uma das principais ferramentas que viabilizam este trabalho é a história oral. Através da coletânea de entrevistas com militantes históricos do Movimento Negro Contemporâneo, feitas e organizadas por Amilcar Pereira e Verena Alberti entre 2003 e 2007, reunidas no livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC* (2007), pretendo compreender as condições em que os sujeitos deste período atuavam para melhor contextualizar os pontos que aqui proponho a analisar. A história oral é uma das principais aliadas da história política nos tempos contemporâneos, pois é através dela que é possível encontrar elementos que documentos físicos não seriam capazes de transmitir e estabelecer redes que, sem esse método, talvez seria inviável — especialmente em tempos atravessados por regimes autoritários, como é o caso deste trabalho. Mas mais do que preencher lacunas, como argumenta Alberti, o uso da história oral “privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2004: 23). E se tratando de tantos sujeitos, com tantas experiências e pontos de vistas diferentes, se faz aqui uma ferramenta imprescindível.

Movimento negro e cultura

Outro debate que se faz presente dentro e fora movimento negro, que incide nos movimentos que tentam categorizá-los e analisá-los e que, portanto, é necessário apontar, é o debate sobre *culturalismo e política*. É comum no movimento negro contemporâneo tentar separar aqueles movimentos que são mais “culturais” daqueles que são colocados como mais “políticos” e “militantes”, como se fossem coisas distintas. Quando se aborda movimento negro, é interessante perceber que, mesmo em um movimento dos próprios militantes em criar essa separação, esses aspectos se misturam. Em *O Mundo Negro* (2013), Pereira faz essa

discussão, mostrando, através de entrevistas com militantes negros e negras, como em diferentes localidades havia essa disputa dentro do movimento negro. O depoimento de Antônio Carlos dos Santos, o Vovô do Ilê,⁸ mostra sua visão sobre esse assunto, a partir do enfrentamento com a Ditadura Militar:

Durante o AI-5, falar que o Brasil era um país racista era subversão e, conseqüentemente, você estava sujeito a todas as penalidades. Então, nós convivíamos com a luta negra em plena ditadura militar, com o cacete da polícia, com o braço armado da ditadura batendo firme na gente. Eu sei que muita gente fala: “Nós temos um movimento cultural que também se desenvolveu no período.” Mas não enfrentava a ditadura militar e não era um movimento de contestação política. Era um movimento de ocupação de espaço estético e era real, ainda é até hoje. Mas quem começou com o processo na Bahia de movimento político contestatório enfrentando os poderes constituídos foi o movimento negro organizado. (...) Por exemplo: nós contestamos a relação do Brasil com a África do Sul na época do Apartheid e fizemos um ato do movimento negro na porta de uma empresa de turismo que fazia pacotes turísticos para a África do Sul. Dizíamos que não concordávamos com aquilo, fomos lá, fechamos a empresa, invadimos. Como era ditadura militar, recebemos toda a repressão. Então, “cana” para todo mundo, todos os líderes foram presos. Não me lembro exatamente a data, mas isso foi em 1980. (p. 223-224).

Luiz Alves Ferreira, que nos anos de 1970 atuava politicamente através do Centro de Cultura Negra (CCN) no Maranhão,⁹ nos revela um pouco desse conflito entre os movimentos “culturais” e aqueles tidos como mais “políticos”, revelando seu entendimento sobre como essas dimensões se interseccionam:

Nós recebemos críticas de algumas pessoas do MNU porque botamos o nome da entidade de Centro de Cultura Negra. Aí eu perguntei para um companheiro uma vez se ele tinha lido as obras de Amílcar Cabral, do Mario Pinto de Andrade e do Agostinho Neto para falar de cultura. Porque ele pensava que a gente estava fazendo

⁸ Antonio Carlos dos Santos (Vovô) nasceu em Salvador, em 14 de junho de 1952. É fundador, junto com o falecido Apolônio de Jesus, do Ilê Aiyê, primeiro bloco afro de Salvador, bastante popular em todo o Brasil até hoje.

⁹ Conhecido como Luizão, Luiz Alves Ferreira nasceu na comunidade de Saco das Almas Santa Cruz, no município de Brejo, no Maranhão. Formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), afirma ser o primeiro médico negro de seu município. O CCN, o qual ele fundou e foi o primeiro presidente, surgiu em 19 de setembro de 1979.

cultura pelo culturalismo. Eu via o Amílcar Cabral dizendo: “Você não vai lá numa comunidade para falar o que você aprende na universidade. Você tem que trazer para a comunidade e melhorá-la”. E ele era marxista no início. Mas tem dogmáticos até no nosso movimento. Eu falei: “Leia o Amílcar Cabral!” (*Ibidem*, p. 224-225).

Outra figura fundamental para o movimento negro contemporâneo e que atuava na interseção cultura/política foi a militante comunista e atriz Thereza Santos (1930-2012). Thereza foi estudante da Faculdade Nacional de Filosofia (atual UFRJ) e atuou na União Nacional dos Estudantes (UNE). Organizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o acirramento do regime foi enviada à Guiné-Bissau para assumir a direção do setor de teatro do Ministério da Educação e Cultura, no início dos anos 1970. Em 1976 exerceu uma função parecida no governo da Angola. Em 1979 retorna ao Brasil, fundando o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e atuando no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Esteve em 1972 na fundação do Centro Cultura e Arte Negra (Cecan), em São Paulo, junto com Eduardo de Oliveira e Oliveira (estudante de pós-graduação em sociologia da USP e outro importante militante negro).¹⁰ Milton Barbosa, militante paulista e um dos quadros que veio a fundar o MNU, fala da sua experiência com o Cecan:

Eu fui do Centro de Cultura e Arte Negra, Cecan, em São Paulo. A Thereza Santos fazia parte, depois ela foi para Angola. Mais ou menos de 1974, o Odacir de Mattos escreveu para ela, pediu autorização, e começamos a retomar as atividades do Cecan, que é uma das entidades que foram o embrião do Movimento Negro Unificado. Nós tivemos uma sede na rua Maria José, no Bela Vista, e agente fazia reuniões, atividades, debates e organizava trabalhos, que eram feitos dora de lá.¹¹

A própria “Afro-Latino-América”, seção do jornal *Versus* analisada neste trabalho, é costurada por produções artísticas visuais, literárias, poéticas (os escritos de Solano Trindade¹² tem uma forte presença no jornal) e teatrais — como é o caso do Teatro Experimental do

¹⁰ Tanto Thereza quanto Eduardo foram de fundamental importância para a formação de militantes que vieram a compor os jornais da imprensa negra aqui analisados, como foi o caso de Hamilton Cardoso, que frequentou o CECAN na sua adolescência. (RIOS: 2013, 63). Os dois intelectuais e militantes também contribuíram para ambos os jornais, tendo Thereza contribuído com a coluna “Afro-Latino-América” e Eduardo para o Sinba.

¹¹ Entrevista concedida ao projeto de Verena e Pereira (2007, p. 135).

¹² Solano Trindade (1908-1974) foi um militante e importante artista brasileiro. Nasceu em Recife e passou um tempo no Rio de Janeiro, mas foi São Paulo a cidade onde passou boa parte de sua vida. Filiado ao Partido Comunista no auge da Ditadura Militar, destacou-se pela poesia em uma produção perpassada pelo retrato das desigualdades sociais e raciais do Brasil.

Negro (TEN), cuja criação é citada já na primeira página da primeira seção, de 1977, como uma iniciativa que “não teve apenas preocupações artísticas, mas que pretendeu, acima de tudo, organizar socialmente o Negro, a fim de melhorar seu nível cultural e individual” através de cursos de alfabetização voltados para “domésticas, trabalhadores, pequenos funcionários públicos”. Ao fazer do palco um “local onde estas pessoas estudavam”, o TEN promoveu uma mudança na forma de representação da pessoa negra na dramaturgia, onde, através de referências da cultura afro-brasileiras, pode-se abandonar o lugar servil dos “personagens de criados, negrinhos levando cascudo na cabeça, burro de carga, pai João Benzeiro” e construir uma forma “heróica” de narrar e representar essas histórias.

Esse objetivo de enfrentar paradigmas pré-estabelecidos é político, bem como foram as experiências do Vovô do Ilê, do CCN de Luizão no Maranhão e do Cecan de Thereza dos Santos em São Paulo. Categorizar tais atuais artísticas do movimento negro como culturais, no sentido de tirar o seu valor político, é um equívoco.

Movimento negro e educação

Veremos a seguir como a imprensa foi um importante instrumento do movimento negro brasileiro capaz de reeducar o Estado, a sociedade e o próprio movimento, objetivo que foi colocando em prática com maior intensidade a partir dos anos de 1970. Para entender essa ação de *reeducação*, é primordial para esta pesquisa o trabalho de Nilma Lino Gomes¹³ intitulada *O Movimento Negro Educador* (2017). Buscar entender o que diferentes áreas e sujeitos podem aprender com as elaborações e atuações do movimento negro é uma das principais preocupações de Nilma. Entendendo o movimento negro como produtor, sistematizador e articulador de conhecimento e “saberes emancipatórios” que vão em contraposição com os “saberes hegemônicos” (Ibidem: 16), ela argumenta que questões

¹³ Nilma Lino Gomes é uma pedagoga natural de Belo Horizonte. Foi a primeira mulher negra a ser reitora de uma Universidade no Brasil, a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), em 2013. No ano de 2015 foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, no governo de Dilma Rousseff.

fundamentais que hoje fazem parte dos campos como a política e a educação são contribuições do movimento de sujeitos negros e negras, que elabora prática e teoricamente.

Ela pontua que já existe uma tradição que busca estabelecer uma ponte entre educação e movimentos sociais, como aponta o sociólogo e educador espanhol Miguel Gonzalez Arroyo, que ela cita:

Os movimentos sociais trazem para a pedagogia algo mais do que conselhos moralizantes tão do uso das relações entre mestres e alunos. Recolocam a ética nas dimensões mais radicais da convivência humana, no destino da riqueza, socialmente produzida, na função social da terra, na denúncia da imoralidade das condições inumanas, na miséria, na exploração, nos assassinatos impunes, no desrespeito à vida, às mulheres, aos negros, na exploração até da infância, no desenraizamento, na pobreza e injustiça...

Aí nessas radicalidades da experiência humana os movimentos sociais repõem a ética e a moralidade tão ausentes no pensamento político e social. E pedagógico também.

Eles reeducam os indivíduos, os grupos e a sociedade. Mostram a urgência do reencontro da pedagogia com essas dimensões éticas tão determinantes nas possibilidades de formação e humanização inclusive da infância popular que conduzimos como educadores. (...)

Os processos educativos ao um misto explosivo de condições objetivas, de crenças, valores, culturas, memória, identidades, subjetividades, emoções, rituais, símbolos, comemorações... que se dão de maneira privilegiada nos movimentos sociais. (ARROYO: 2003, p. 42-43 *Apud* GOMES: 2017, p. 51-52).

Nessa pesquisa, Nilma questiona os lugares e os sentidos empregados aos saberes produzidos pelo movimento negro:

No caso específico do Movimento Negro, será que ele é visto como um movimento social que vem causando uma inflexão nas políticas educacionais, nos currículos e nas práticas pedagógicas? Ele é visto como produtor de saberes e de pedagogia? Que saberes são esses? Que pedagogia é essa? Que saberes são produzidos pelo Movimento negro Brasileiro? (GOMES: 2017, 52).

São sobre esses saberes, construídos na luta contra o racismo, que tratamos aqui. Mais especificamente, ao analisar a imprensa, identificaremos os saberes produzidos pelo movimento negro em plena Ditadura, a partir de um entendimento que nesta fase houve uma mudança política significativa, com uma nova qualidade de elaboração e de leitura da realidade que reverberou em práticas com um maior impacto em relação ao Estado, à sociedade e ao próprio movimento. Em outro artigo publicado em 2012, ao abordar o processo de politização que o movimento negro faz da ideia de raça, Nilma Lino Gomes argumenta que

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera **não somente na estrutura do Estado**, mas também na vida cotidiana **das suas próprias vítimas**. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a **construção de uma sociedade mais democrática**, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos. (GOMES, 2012: 731, grifo meu).

Em outras palavras: as pessoas negras no seu processo de consciência racial, ao questionarem a ideia preestabelecida do que é ser negro ou negra (historicamente desumanizante, inferiorizante, pejorativa), não apenas desconstróem um paradigma hegemônico racista como também constroem uma nova identidade negra, positivada, como uma construção social politizada, numa atitude antirracista. Esse é um exemplo de como, ao mudar os paradigmas sobre a população negra, sua história, sua cultura, estéticas e conhecimentos, o movimento negro constrói uma nova agenda que afeta outras pessoas negras mas não apenas: afeta a sociedade como um todo. A atuação do movimento negro, portanto, gera conhecimentos que reeducam “a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimento sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil (...)”, em busca da emancipação (GOMES: 2017, 38).

Por fim, é importante apontar, conforme Nilma também o faz, para o fato de que os ganhos políticos e institucionais nos anos 2000 no combate ao racismo no Brasil são consequência de várias reivindicações do movimento negro acumuladas ao longo dos anos

(2017, 34). É o caso das políticas afirmativas, das mudanças no plano acadêmico com a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e de muitos núcleos de pesquisas sobre questões afro-brasileiras, a criminalização do racismo, a criação Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), as leis 10.639/03 e 11.645/08 que exigem o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, e muitas outras medidas — sendo boa parte delas no âmbito da educação, que, se pensarmos de forma ampla, é um campo de atuação e interesse da população negra desde o século XIX.¹⁴ Se muitas posições foram ganhas no combate ao racismo recentemente, frutos de muita luta e de muita elaboração política do movimento negro, é preciso entender como e em que contexto essas elaborações emergiram e se aperfeiçoaram. A imprensa negra, como veremos, é uma importante aliada quando buscamos identificar o entendimento que o movimento negro tem sobre o racismo ao longo da história.

¹⁴ Pensando na atuação de figuras como Heméterio José dos Santos, “homem de cor e das letras”, que foi um educador negro comprometido com as questões raciais em pleno século XIX. Ver SILVA, Luara dos Santos. *Negro, intelectual e professor: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1875-1920)*. Anais do XVI encontro Regional de História ad Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas (2014).

CAPÍTULO II — Imprensa negra: a comunicação como ferramenta militante

“(...) Uma das fontes de inspiração de Afro-Latino-América é a imprensa negra, que por seis décadas viveu na sociedade brasileira (imprensa que foi lembrada este ano, com a exposição realizada dentro da Quinzena do Negro, que marcou o ano de 89 da Abolição). Desde 1961, ano em que circularam os últimos periódicos negros, até recentemente, houve um intervalo em que a criação cultural de expressão negra entrou em recesso. Agora que a questão racial ressurge como uma das grandes preocupações da humanidade, e que parcelas significativas da comunidade afro-brasileira querem participar do grande debate internacional, que define novos padrões de convivência racial em todo o mundo.”

1ª seção “Afro-Latino-América”. *Versus* n.12, julho-agosto 1977, p. 30.

“Um jornal negro deve se dirigir à massa negra informando, e não estar somente voltado para a sociedade branca, reivindicando. O debate dos problemas do negro deve ser uma constante, porque antes de tudo, um jornal negro deve ser um veículo mobilizador da massa negra. Mesmo sendo irregular, não é de hoje que existe imprensa negra no Brasil. Muito embora os jornais negros não tenham alcançado projeção nacional, alguns deles preencheram uma função história, coerentes, com a época em que estiveram em circulação.”

Sinba n. 3, agosto 1979, p. 1.

A *imprensa negra* — isto é, “os jornais criados e mantidos por afro-brasileiros e dedicados a tratar de suas questões” (DOMINGUES, 2018: 254) — tem um papel estratégico no campo dos estudos sobre movimento negro pois através dela é possível estabelecer uma relação de continuidade da luta antirracista na história. Os usos recentes da Imprensa Negra para se narrar a história também fazem parte deste movimento que estamos falando. Como afirmou a ativista, historiadora e professora da UnB Ana Flávia Magalhães Pinto, “as pessoas podem não se conhecer, as pessoas podem não se referenciar, mas a luta contra o racismo no Brasil, se você olha a partir da Imprensa Negra, não fica uma década sem ter um registro de como essa luta está se processando”.¹⁵ Na introdução de sua dissertação de mestrado cujo

¹⁵ Solon Neto. *Tinta Preta e Pele Escura: A necessidade de uma Imprensa Negra*. Geledés, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tinta-preta-e-pele-escura-a-necessidade-de-uma-imprensa-negra/>. Acesso em 01 de julho de 2019.

objeto é a Imprensa Negra do século XIX, ela nos chama atenção para o fato da historiografia localizar a produção desses periódicos costumeiramente apenas no século XX (PINTO, 2006: 11). Isso ajuda a reproduzir a ideia de que esses movimentos, fragmentados, são desprovidos de uma continuidade. Ela cita Flávio Gomes:

De uma maneira geral, as lutas e as organizações negras no Brasil do século XX têm sido analisadas sob uma perspectiva a-histórica. Acusados de fracos, inconsistentes e sem continuidade, associações e movimentos sociais negros no Brasil republicano foram desenhados em muitos estudos com um processo de luta anti-racista: ora desdobramento linear de um abolicionismo inacabado, ora tradição romantizada das lutas escravas, tipo quilombos. (...) Enfatiza-se, assim, uma visão de vazios e/ou descontinuidades, que supostamente só haveria nestes movimentos e não em outros, como por exemplo, nas lutas operárias e nos partidos políticos (*Apud* GOMES, 2005: 49).

A comunicação sempre foi uma importante ferramenta militante na história dos movimentos políticos, sendo um importante meio de se saber, também, sobre a conjuntura em que se insere: desde Lênin, com o *Iskra* na Rússia pré-1917, que acreditava no jornal não apenas como um agitador político, mas como um organizador coletivo, até Amílcar Cabral, com o *Blufô* na Guiné-Bissau, cuja tarefa era de incidir na educação da juventude durante o processo de descolonização. Durante a Ditadura Militar, o Brasil experienciou a vida e a morte de mais de 150 veículos da *imprensa alternativa*, construídos por diferentes setores da sociedade, de partidos de esquerda a movimentos sociais, todos em forte oposição ao regime autoritário e, portanto, atentos com os olhos da censura. Parte influenciada pelo marxismo vulgar do movimento estudantil, parte em diálogo com os movimentos de contra-cultura que explodiram na Europa e nos Estados Unidos, a imprensa *nanica*, como era chamada, é um excelente exemplo de comunicação cuja gênese está na conformação do poder pré-estabelecido; afinal, sem a Ditadura talvez não a tivéssemos (KUCINSKI:1991).

Apesar da imprensa negra ter pouco espaço dentro do campo de pesquisas sobre a imprensa alternativa nos anos de chumbo, os dos jornais mobilizados nesta pesquisa — a seção “Afro-Latino-América” e o Jornal *Sinba* — se inserem nesse

contexto da Ditadura, empreendendo também, de forma direta ou indireta, uma disputa política dentro do regime. Este, contudo, não é o único elemento necessário para entender o que mobilizou esses militantes negros e negros. Como já dito, e imprensa negra tem sua própria trajetória na história, localizada nas contingências da luta da população negra contra o racismo. Caracterizaremos agora cada um desses dois jornais.

2.1. A seção “Afro-Latino-América”

“Quatro páginas negras. Negras!”

Versus n. 12, p. 3.



Figura 1: Capa do Versus n.23, Julho-Agosto 1978.

O *Versus* foi um importante veículo da imprensa alternativa paulista durante os anos de 1970. Seguindo a proposta de seu fundador Marcos Faerman,¹⁶ era caracterizado por um

¹⁶ Marcos Faerman (1943-1999), conhecido como Marcão, foi um jornalista gaúcho. Membro do Partido Comunista, foi militante secundarista na campanha de Brizola contra o Golpe Militar. Trabalhava no jornal

estilo “jornalístico literário”. A edição tinha sede na rua Alves Guimarães em Pinheiros, bairro da capital paulista, e teve uma tiragem que variava entre 12 mil e 30 mil exemplares, que eram vendidos e bastante popularizados na vanguarda de esquerda. Foram 33 edições e 3 edições especiais, entre outubro de 1977 e abril de 1979, tendo cada volume no entorno de 40 páginas. Tinha uma estética bastante caracterizada pelo uso de gravuras e fotografias, com letras grandes e grossas e cores contrastantes (Figura 1).

O conteúdo do jornal era constituído por contribuições jornalístico-literárias e artísticas de diferentes intelectuais e militantes do Brasil e da América Latina. Havia correspondentes itinerantes entre países europeus, da América do Sul e da África, além de ser um espaço de diálogo e propaganda de outros veículos da imprensa alternativa o qual o jornal tinha afinidade, como o *Pasquim*, o *Opinião*, o *Movimento* e o *Lampião*. Havia a presença de grandes escritores latino-americanos como Gabriel Garcia Marques, Octavio Paz e Pablo Neruda, e textos sobre modernistas brasileiros como Oswald de Andrade e Drummond, sendo a América Latina o principal foco. Ao analisar o conteúdo do *Versus*, Flávia Rios (2014:52) aponta para o fato da grande presença de relatos de países vizinhos ser uma estratégia para se pensar o regime autoritário em que o Brasil se encontrava.¹⁷ A princípio, o *Versus* tinha como principal tarefa lançar para seus leitores no Brasil um olhar para a América Latina de modo bastante inovador se comparado os com os demais jornais da imprensa alternativa.

A Ditadura Militar era uma pauta que era tratada com prudência pelo jornalismo, que passava por sérias pressões dos órgãos de censura, questão que se agravou com o caso do jornalista Wladimir Herzog — assassinado no mesmo mês em que a *Versus* chega às bancas, como lembra a autora. Diante dessa conjuntura, o uso da cultura, da literatura e outras formas artísticas para a expressão de uma política também era uma estratégia editorial, que valia-se, “sobretudo, de reflexões filosóficas, históricas e sociológicas, não ficando restrito à narração e descrição dos fatos” (2014:55). O *Versus* não chegou a ser submetido à censura prévia, mas

Última Hora (atual Zero Hora), em Porto Alegre. Em 1968 foi convidado a compor a direção nacional do Partido Operário Comunista (POC), mudando-se para a capital paulista onde passa a atuar no popular Jornal da Tarde.

¹⁷ A Ditadura brasileira fazia parte junto com as Ditaduras do Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia e Chile da *Operação Condor*, conhecida também como *Carcará*, que foi uma aliança político-militar que visava eliminar todas as organizações e principais lideranças dos movimentos de esquerda latino-americanos. Ver site Memórias da Ditadura: <http://memoriasdaditadura.org.br/noticias-comentadas-sobre-cnv/>

foi intimidado diretamente por uma “perícia contábil-financeira, solicitada pelo DEOPS e autorizada pelo Juiz Nelson Machado Guimarães, da Justiça Militar, da qual resultou uma multa pesada”, em abril de 1979. (KUCINSKI:1991, 141).

A seção “Afro-Latino-América” é iniciada apenas no número 12, tendo de 3 a 4 páginas por edição. Suas primeiras palavras já a caracteriza:

Afro-Latino-América, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas – prova da vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo – vêm sendo avaliadas com maior exatidão e resulta da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana. (1ª seção “Afro-Latino-América”. Versus n.12, julho-agosto 1977, p. 30)

As reflexões sobre as questões étnico-raciais eram pouco presentes antes da presença desta seção. Havia algumas matérias que remetiam a questões da população indígena, sua história e demandas políticas, tentativa de Faerman de elevar a figura do índio como “verdadeiramente americana”, como também aponta Rios (2014:56, 58). As raras vezes em que se remeteu à luta e à história negra, eram, em geral, em matérias sobre os processos de descolonização da África. Havia, portanto, uma baixa presença de conteúdos sobre os problemas da população negra brasileira nas 11 primeiras edições. A própria proposta dos Versus em suas primeiras edições, naquelas completamente chefiadas por Faerman, era muito mais utilizar a cultura como ferramenta política do que narrar os processos que o Brasil passava naquele presente.

A criação desta seção com jornalistas negros e negras coincide com a aproximação do jornal à organização trotskista Liga Operária (LO) — criada em 1974 por brasileiros exilados na Argentina, ex-membros do Movimento Nacionalista Revolucionário — que veio a dar vida à Convergência Socialista, fundada em janeiro de 1978 em São Paulo. A seção teve influência do chamado Núcleo Negro Socialista, grupo da LO cuja criação foi incentivada

pelo militante Jorge Pinheiro.¹⁸ Com essa aproximação, a iniciativa de criar a “Afro-Latino-América” veio de Oswaldo de Camargo,¹⁹ sendo protagonizada em suas primeiras edições por ele e os militantes do movimento negro Neusa Maria Pereira, Jamú Minka e Ndacaray Zulu Nguxi, pseudônimo de Hamilton Cardoso.²⁰ Os jornalistas negros que organizaram a seção durante toda sua duração eram em sua maioria ligados ao Núcleo Negro Socialista e já tinham alguma experiência com a militância negra.^{21 22} Os militantes que construíam esse núcleo foram parte dos principais quadros que articularam o ato que veio a fundar o Movimento Negro Unificado em 7 de julho de 1978, um marco na história do movimento negro contemporâneo. Esse ato foi noticiado na *Versus* a partir de textos de Hamilton Cardoso e de Neusa Maria Pereira na seção “Afro-Latino-América”, detalhando o episódio, suas as motivações e sua importância para a história. “E não falamos desta dorminhoca história oficial, feita para acalmar os espíritos. Mas daquela que tem verdade, que tem cheiro de terra e povo”, afirma o texto (*Versus* N.23, Julho-Agosto 1978, p.34). Tamanha foi a importância, que o ato ocupou toda a capa dessa edição com a chamada “OS NEGROS ESTÃO NAS RUAS” (Figura 1).

¹⁸ Ex-dirigente do Centro Acadêmico de Comunicação da UFRJ e militante do Movimento Nacionalista Revolucionário e da Liga Operária durante a Ditadura. Exilou-se em 1970 no Chile, onde se formou em Ciências Sociais. Tendo muitas experiências internacionais, teve contato com movimentos negros de outros países.

¹⁹ Ex-seminarista católico paulista e escritor. Frequentava a associação Cultural do Negro, em São Paulo.

²⁰ Tanto Neusa quanto Hamilton frequentaram o curso de Jornalismo da Universidade Cásper Líbero (no caso de Hamilton, sabe-se que foi por incentivos de Adalberto de Camargo (1923-2008), Deputado Federal negro eleito pelo MDB). Na ocasião da primeira publicação da “Afro-Latino-América”, ambos tinham na faixa dos 22 anos. De origem humilde Hamilton nasceu em 1954 na cidade de Catanduva, interior de São Paulo. Foi um grande militante e escritor de aspiração marxista, sendo uma das principais figuras no ato de fundação do MNU. Veio a suicidar-se em 1999.

²¹ O próprio Marcos Faeman foi próximo da Convergência Socialista por um breve tempo. A organização comandou o periódico após a saída de Marcos, no número 24 (1978), por discordâncias (RIOS: 2014, 61).

²² Ver entrevista com Flávio Jorge Rodrigues organizada por Alberti e Pereira (2007, p. 115).



Figura 2: *Versus* n.13, Agosto-Setembro 1977, p. 34.

A partir da criação da “Afro-Latino-América”, o *Versus* passou a ter um conteúdo bastante qualificado sobre a situação da população negra da África e da diáspora, principalmente pela influência da Convergência Socialista que fez o jornal abordar com mais intensidade a realidade Brasileira. Ainda assim, o jornal manteve de certo o modo sua característica metafórica e literária que penetra mesmo na seção negra — como é possível ver na página representada pela Figura 2 que, a partir de uma frase de Le Roi Jones²³ sobre a prática da oralidade entre os afro-americanos, apresenta três poesias assinadas por Domingos Caldas, Lino Guedes, Oswaldo Camargo, e Zulu Nguxi,²⁴ além de uma fotografia creditada a Avani Stein retratando uma faixa com os dizeres “ARTE NEGRA”. Até então, a questão no negro no mundo só havia sido tocada pelo *Versus* quando tangia as lutas no continente africano. Desta vez, a seção trazia uma narrativa negra sobre si, como fica evidente nos

²³ Conhecido como Amiri Baraka (1934-2014), foi um importante escritor da Geração Beat estadunidense, produzindo famosos ensaios sobre colonialismo e racismo.

²⁴ Oswaldo Camargo, segundo o jornal, é "natural de Bragança Paulista, 1936. Autor de 15 'Poemas Negros' e o 'Carro do Êxito' (contos), 1973, e jornalista". Domingos Caldas Barbosa (1740-1800), nascido no Rio de Janeiro, "foi poeta, tocador de guitarra e viola, com que acompanhava as modinhas e lunduns que compunha e cantava. Autor de 'A viola de Lerenó'". E Lino Guedes é apresentado por como precursor da Negritude no Brasil, tendo "em 1950 já publicado 12 livros" (*Versus* n.13, Agosto-Setembro 1977, p. 34). Zulu Nguxi é pseudônimo do jornalista Hamilton Cardoso.

poemas que abordam questões como o orgulho estético, o empoderamento político e o lamento sobre a situação histórica do negro da diáspora. As experiências lutas africanas continuam sendo contadas, agora por correspondentes negras,²⁵ à luz da luta anti-colonial e do socialismo africano. Trazia também a luta do Partido dos Panteras Negras, o debate das mulheres negras da diáspora, da questão negra com a questão indígena, e muitos outros assuntos. Apesar de existirem outros jornais da imprensa negra paulista em circulação na mesma época, a “Afro-Latino-América” foi uma experiência única pela sua amplitude, seu caráter opositor ao regime militar e sua influência pela retórica raça-classe, ansiando por um projeto político-partidário que tivesse o enfrentamento ao racismo como um dos pilares e por uma transformação social que levasse “em consideração as necessidades e os interesses de todos os grupos formadores desta sociedade” (*Versus*, nº 14, 1977, p. 28).

2.2. O jornal *Sinba*

“Hoje, após um longo silêncio, esta imprensa Negra está renascendo. Pouco tempo antes de Versus abrir suas páginas Afro-Latino-América, editava-se no Rio o Jornal Sinba, uma voz que nos parece bastante séria e com propostas bem diversas das que existiram na década de 60. Passou-se o tempo, é outro ímpeto, outras necessidades, e é difícil se saber aonde chegaremos. Contudo a presença de Sinba deve ser pensada como uma voz soando numa sala há muito tempo vazia. Sinba tem o mérito de começar, afinal, a falar.”

(Coluna “Imprensa negra”, *Versus* nº13, 1977, p. 3.

“Muitos não entenderam que a função da imprensa negra não pode ser meramente culturalista, nem tampouco reivindicativa. (...) Um jornal negro deve ser mobilizador da massa negra e ter o debate como norma. Estes são para nós princípios fundamentais.”

Sinba n. 3, agosto 1979, p. 1.

²⁵ Uma importante contribuinte nesse sentido foi Thereza Santos, já comentada aqui.

A Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, fundada em 25 de setembro de 1974, tinha como objetivo, a princípio, promover relações comerciais e culturais com países africanos de língua oficial portuguesa. Seu periódico, o Jornal *Sinba*, existiu entre julho de 1977 e dezembro de 1980, tendo surgido no Rio de Janeiro. Teve uma trajetória bastante diferente da “Afro-Latino-América”, visto que foi feito com pouquíssima estrutura, chegando a apenas cinco edições, com muita dificuldade financeira.

Os militantes em torno do projeto eram oriundos do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes, que ficava no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro: Amauri Pereira, Célio Oliveira, Jorge Theodoro, José Silva, Thierno Gueye e Yedo Ferreira eram os redatores da primeira edição, dirigidos por Carlos Silveira. Lélia Gonzalez (1982) aponta que um “racha” surgiu meses após a fundação da *Sinba*, quando houve uma divergência sobre método e território para desenvolver um “trabalho concreto”. Enquanto a *Sinba* defendia que o trabalho deveria ser desenvolvido na Zona Norte, subúrbio do Rio de Janeiro, os dissidentes desejavam um trabalho na Zona Sul, local mais privilegiado, e vieram a fundar o Instituto de Pesquisas e Culturas Negras (IPCN). Ainda assim, ambas as instituições não perderam seu vínculo e o trabalho do IPCN resultou na criação da entidade Centro de Estudos Brasil-África um tempo depois, em São Gonçalo (p. 37).

O pesquisador Michael Hanchard ao abordar esse conflito em sua pesquisa sobre o movimento negro brasileiro, argumenta que a dissidência entre os grupos também era partia de uma discordância acadêmico-política entre americanistas e africanistas, sendo a *Sinba* representante dos africanistas. Ao ser entrevistado por Hanchard, Yedo Ferreira deixou claro que a *Sinba* desejava resgatar as lutas revolucionárias do continente Africano para torná-las referências à população negra brasileira. O interesse era

“nos movimentos de libertação da África e na maior parte da obra de Frantz Fanon: estivemos observando o movimento negro nos Estados Unidos e constatamos que os norte-americanos negros também vinham buscando um referencial histórico na África (...). Para nós, era muito fácil ter uma grande identificação com a África.

Estávamos voltando para a África, não para os Estados Unidos”



(HANCHARD:2001, 110).



Figura 4: Capa do Sinba n.5, Setembro de 1980

De fato, o princípio norteador do jornal *Sinba* era divulgar os processos políticos de luta contra o racismo e o colonialismo no continente Africano e os movimentos que os protagonizavam. Assim, figuras revolucionárias como Agostinho Neto, Samora Machel e Amílcar Cabral apareciam com frequência nas oito páginas preto e branco e normografadas de cada edição. Com manchetes de poucas palavras e quase nenhuma figura, a publicação não se esquivava, porém, de debater de forma bastante direta o racismo no Brasil e questões que tocavam a situação dos negros e negras por aqui. Desde a primeira edição a questão da mulher negra brasileira é abordada por exemplo, tratando tanto o silenciamento destas no próprio movimento negro quanto a denúncia das investidas do Estado em empregar medidas de controle de natalidade, como nos mostra a chamada “Mulher negra” na capa da edição nº 5 e a machete “Genocídio do negro brasileiro”, que argumenta que tal estratégia, camuflada de “planejamento familiar”, não passa de um movimento racista (figuras 4 e 3, respectivamente).

O trato da Ditadura Militar para com o movimento negro é outro assunto presente, desde a matéria “Black-Rio”, (Figura 3), que aborda a perseguição que o movimento sofria, até a problematização sobre a distribuição da imprensa alternativa, vista como principal fator para o sucesso (ou não) dos jornais opositores ao regime (Figura 4). Diferentemente do jornal *Versus*, a divulgação ficava a cargo dos próprios membros da Sociedade, que vendiam o jornal nos calçadões do subúrbio do Rio de Janeiro ou, para ter alcance interregional, viajavam sem grandes certezas na tentativa de apresentar o jornal para outras pessoas negras engajadas na luta contra o racismo. Amauri Mendes em entrevista para o trabalho de Alberti e Pereira (2007), evidencia o papel político-agitativo que ele desejava que o jornal *Sinba* desempenhasse:

Porque nós éramos assim: o IPCN era a instituição, abrigava todos os negros, e a Sinba era a agitação. Através da Sinba nós fazíamos a revolução. Na minha cabeça era assim: “Vamos conquistar o poder, vamos estar juntos!” Não só nós negros. Eu tinha clareza, o Fanon dizia para mim e eu repetia isso onde ia: “Nenhum homem político pode ter em sua mente, em sua consciência, a criação de repúblicas negras. O que interessa são as relações de poder que se estabelecem. E essas relações não podem ter cor”. Uma coisa assim. E Amílcar Cabral tinha me ensinado que “Homens não lutam por ideologias, por ideias que surgem nas cabeças de outros homens. Homens lutam por educação, saúde, segurança, emprego, dignidade, por melhores condições de vida para a sua família”. A gente decorava isso. Fazia efeito falar frases inteiras de Luther King. A gente impactava! Tinha que ter um negócio de performance. (...) A Sinba fazia assim: a gente ia para a rua e agitava, ia para os calçadões do subúrbio para vender o jornal Sinba. A gente levava uns megafones de latão, com uma boca enorme. Chagas Freitas, tentando urbanizar um pouco, fez grandes espaços de comércio se tornarem calçadões, onde não podia passar trânsito. Aí se tornavam espaços exclusivamente comerciais, lugares com canteiros. E ali era ótimo, porque a gente chegava com uma parafernália de mapas, de cartazes com letras feitas em normógrafo. Por exemplo: pegamos extratos do discurso contra o colonialismo de Aimé Césaire, frases do Luther King, o Roberto Kzau fez para nós desenhos da Angela Davis, dos Panteras Negras, do Mahatma Gandhi, do Malcolm X. A gente colocava aquilo nas praças, levava pregador e pregava nas árvores. Chamávamos de “Ação do negro na rua”. A gente chegava lá, botava uma banca, botava os jornais em cima e começava a gritar: “O Movimento Negro! Estamos na

luta!” O povo achava meio estranho. Aos poucos o pessoal começou a aceitar, depois que a polícia não ia mais pegar. Porque, no início, a polícia vinha em cima de nós: “Não pode, camelô não pode!”. Mas a gente tinha um discurso político, que o PM ficava meio assim: “Nós não somos camelôs,. Nós estamos na luta contra o racismo. Somos cidadãos. Por favor, só um momento. Sem mãos, nada de mãos em cima da gente. Nós vamos ao seu comandante. Segunda-feira estaremos lá com um ofício, porque nós temos uma organização...” O IPCN assinava. Era isso que a gente queria: o IPCN era o nosso aparelho institucional. Isso, na nossa visão. A luta era feita na rua, no calçadão, no subúrbio (p. 197-198).

Nesse depoimento é visível o papel das referências pós-coloniais na criação de um arcabouço próprio deste movimento negro. Figuras como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Angela Davis e Malcolm X, símbolos da luta antirracista, anti-colonial e anticapitalista, da África, da Ásia e da América, estavam presentes verbal e visualmente nas intervenções em praça pública, num desejo de introduzir outros negros e negras ao conteúdo “revolucionário” dessas lideranças políticas.

No jornal havia também um exercício didático de explicar, por escrito, de forma direta, a importância daqueles temas e o significado de alguns conceitos: “O que é África”, “racismo”, “discriminação racial”, “preconceito racial”, “raça” são palavras explicadas já no primeiro número, em uma seção chamada “Definição de termos”. Há textos abordando o próprio movimento negro de forma crítica, parte do objetivo do *Sinba* de publicar “mesmo opiniões divergentes e dando oportunidade a que um número muito maior de pessoas se manifeste quanto aos problemas do negro no Brasil” (*Sinba*, nº2, 1979, p.1). A *Sinba* noticia e problematiza constantemente o papel da própria imprensa negra no enfrentamento do racismo e na organização dos negros e negras, como vimos anteriormente e como é possível visualizar nas capas das edições nº 2 e 5 (Figuras 1 e 2). Os textos também eram permeados por escritos de poetas africanos e brasileiros (dos poucos assinados com o nome do autor, inclusive) e alguns pequenos anúncios sobre literatura e outros serviços.

CAPÍTULO III — A luta contra o racismo nos anos de 1970

3.1. O mito da democracia racial e a análise raça-classe

Discussões sobre os temas raça, racismo e antirracismo frequentemente emergem nas sociedades contemporâneas, especialmente naquelas que passaram pela experiência colonial, como é o caso do Brasil. Não apenas porque foi necessária uma estrutura que subjugassem, inferiorizassem e explorassem econômica, cultural, intelectual, social e psicologicamente povos nativos e africanos traficados para o continente americano, mas também porque um dos mecanismos que servem para a perpetuação dessa estrutura é a sua *negação*. Muitas vezes, a resposta para um conflito racial no Brasil é a sustentação da ideia clássica de que o Brasil vive uma *democracia racial*. A constante afirmação de que “no Brasil não existe racismo”, que “somos todos iguais” ou que “não sou racista, mas conheço um”²⁶, ou seja, a *negação* do racismo, revela, na verdade, a desigual realidade brasileira, como apontou Florestan Fernandes²⁷ (1989:13). Ele afirma em *O significado do Protesto Negro* que a ideia de democracia racial, há muito tempo colocada pelos movimentos negros como um *mito*, surge como

“um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis. Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamento e ‘valores’ de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da ‘raça branca’ (...)” (1989:14).

O Racismo é, portanto, uma estrutura de poder que, para ser mantida, se utiliza de uma narrativa política dominante que o nega: a democracia racial. Confrontar esse paradigma,

²⁶ “Pesquisas apontam que 97% dos entrevistados afirmam não ter qualquer preconceito de cor, ao mesmo tempo em que admitem conhecer, na mesma proporção, alguém próximo (parente, namorado, amigo, colega de trabalho) que demonstra atitudes discriminatórias”. In: Ruffato, Luiz. O Brasil hipócrita: a questão do racismo. El País, 16 set 2014. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/16/opinion/1410894019_400615.html. Acesso em 10 dez 2019.

²⁷ Florestan Fernandes (1920-1995) foi um sociólogo marxista nascido na capital paulista. De origem popular, se tornou referência acadêmica e política no que tange as leituras sobre o Brasil e as contradições de ser um país subdesenvolvido e localizado na periferia do capitalismo. A Escola Nacional de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizada na região metropolitana de São Paulo, leva seu nome.

essa “ideia padrão” estabelecida para fazer manutenção dessa estrutura de poder, foi uma das principais tarefas do movimento negro brasileiro no século XX, especialmente na década de 1970. Não à toa a palavra de ordem “POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL” encerrava a “Carta aberta à população” lançada pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR):²⁸

Contra o Racismo

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização.

Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra.

Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo.

Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos de negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos Justiça!

O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo.

Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros:

Pais de família desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado que dá segurança para a prática de atos racistas como os que ocorreram no Clube Tietê, como o ato de violência policial que se abateu

²⁸ GONZALEZ: 1982: 48, 49 e 50.

sobre Robson Silveira da Luz, no 44º Distrito Policial de Guaianazes, onde este negro, trabalhador, pai de família, foi torturado à morte. No dia 1º de Julho, Nilton Lourenço, mais um negro operário, foi assassinado por um policial no bairro da Lapa, revoltando toda a comunidade e o povo em geral.

Casos como estes são rotina em nosso país que se diz democrático. E tais acontecimentos deixam mais evidente e reforçam a justiça de nossa luta, nossa necessidade de mobilização. É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte instrumento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isso chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, na vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo o lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovem o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira.

Convidamos os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL

PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO

POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL

Este manifesto foi publicado no dia 7 de julho de 1978 em um ato público que aconteceu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em repúdio à morte de um operário negro em uma Delegacia de Polícia e a expulsão de quatro atletas negros de um clube, ambos na capital paulista. Este ato foi um marco que desencadeou uma reformulação do movimento, que no ano seguinte passaria a se chamar apenas “Movimento Negro Unificado” (movimento que existe até hoje em diversas localidades do Brasil). Para além da

consigna final, vemos nesta carta um apelo para a instrumentalização dos debates sobre as questões raciais no Brasil, através da promoção de “centros de luta”, para conscientizar e organizar a comunidade negra.

Esse movimento de não apenas “disputar” a comunidade negra mas também atingir o restante da sociedade parte da compressão de que existe uma política hegemônica de negação do racismo — o mito da democracia racial. O pesquisador estadunidense Michael Hanchard, ao buscar entender o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo entre os anos de 1940 e 1980, mobilizou o conceito de *Hegemonia* do intelectual e militante italiano Antonio Gramsci²⁹ para compreender não apenas como os setores dominantes do Brasil desenvolveram essa política de hegemonia racial mas também para entender como os “indivíduos (grupos) subalternos forjam valores contra-hegemônicos a partir dos valores reacionários existentes, sem reproduzi-los sob novas formas” (1994:37):

Apesar de manter uma postura marxista com respeito à primazia das condições materiais, Gramsci reconheceu que a simples análise das economias capitalistas não explicaria suficientemente a força propulsora do domínio burguês. Como ele esclareceu persuasivamente em suas inovações no conceito de hegemonia, não é o arranjo econômico do capitalismo, mas sim seus adornos – culturais, políticos e ideológicos – que estabelecem as legitimações do domínio e da liderança burgueses. Para Gramsci, as explicações econômicas simplesmente não tinham como fornecer pistas para a apropriação do poder político e o processamento posterior do domínio proletário, caso os trabalhadores pretendessem, de fato ou na teoria, tomar as alavancas da liderança social (ibidem).

Falamos, portanto, de uma *disputa de hegemonia*. Essa interpretação vai na mesma linha da de Florestan Fernandes, que entende que o protesto negro é a “elaboração de uma contra-ideologia racial” (FERNANDES:1989:15) — como também é o caso da desconstrução do estereótipo racista sobre o negro e a construção de uma outra identidade negra positivada,

²⁹ Antonio Gramsci (1891-1937) foi um importante militante e filósofo marxista italiano. De origem popular, foi membro-fundador do Partido Comunista da Itália e foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. Na prisão, escreveu boa parte de suas contribuições, conhecidas como “Cadernos do Cárcere”, tendo contribuído com importantes categorias utilizadas até hoje na teoria política — como a caracterização das *classes subalternas*, a ideia de *intelectual orgânico*, de *guerra de posição* e, principalmente, a de *hegemonia cultural*, aqui citada.

construída socialmente, que vimos anteriormente. No caso do mito da democracia racial, o que está em jogo é muito mais do que a construção de uma identidade. A denúncia desse mito tem como princípio uma revisão histórica, um reinterpretação da história a partir da realidade da população negra. Isso fica evidente na seção “Afro-Latino-América”, especialmente no ensaio de Abdias intitulado *Democracia racial: mito ou realidade?*, publicado em três partes a partir do número 16. Essa foi a tese apresentada por Abdias no II Festival Mundial de Artes e Culturas Negro Africanas (FESTAC), ocorrido na Nigéria em 1977, que reuniu intelectuais e artistas negros africanos e da Diáspora. A primeira parte se inicia com uma definição:

GENOCÍDIO - emprego deliberado de medidas sistemáticas (tais como matar, infligir danos físicos ou mentais, condições de vida insustentáveis, controle da natalidade) visando atingir a exterminação de uma raça, grupo político ou cultural, ou destruição da língua, religião ou cultura de um grupo. (Webster Third New International Dictionary of English Language, Mass, 1976). (*Versus*, n.16, nov. 1977, p. 40).

O foco era contextualizar o lugar do negro na experiência da escravidão, o patriarcado e a exploração sexual, explicitando a desumanização do sujeito negro. Já a segunda parte, publicada em dezembro de 1977, se volta ao papel do cristianismo no estabelecimento da autoridade branca, além de problematizar as políticas de branqueamento como estratégias do genocídio. E na terceira e última parte, de fevereiro de 1978, Abdias começa indagando: “Se a consciência é memória e futuro, onde está a memória africana na consciência brasileira? Onde e quando é ensinada a história africana ou o desenvolvimento da cultura e civilização africana nas escolas Brasileiras?” (*Versus*, n.18, fev. 1978, p. 41). Pensando nas conquistas no âmbito da educação que falamos anteriormente, esse questionamento mostra como nos anos 70 o movimento negro já colocava o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana como pauta, afinal, o sistema educacional com seu papel de formação da sociedade “também se torna um instrumento de controle nessa estrutura de discriminação cultural” (Idem), sendo necessário transformá-lo para enfrentar o racismo hegemônico.

A estratégia narrativa de Abdias não é atribuir à escravidão a única causa dos problemas dos negros, mas utilizar a história do Brasil sob a ótica racial para explicar como

chegamos até aqui, em uma estrutura capitalista pautada pelo mito da democracia racial, que coloca novas tarefas para o Estado e para a sociedade. Conclui que

A repressão política, econômica, social e cultural, vivida pelos povos negros no Brasil é sutil e completamente alastrada. Seu objetivo final é a eliminação do negro como uma entidade cultural e física. Florestan Fernandes indica que: "Uma citação como esta envolve mais que falta de igualdade social e pobreza; os indivíduos afetados por ela não são incluídos na estrutura social existente como se ele não fossem seres humanos, nem mesmo cidadão normais. Diante da ideologia flagrantemente racista, genocida, da chamada democracia racial, seria irresponsável e mais do que negligente deixar-se de protestar e denúncias a estrutura racial baseada nela, silenciaria seria aprovar a exploração e destruição de uma raça pela outra, dissimulada por uma sistemática de opressão e arrogância social, significaria ser partidário do genocídio. Um ato criminoso que perpetua em relação aos negros e indígenas do Brasil". (Idem)



Figura 5: Matéria “Movimento negro e consciência (I)”, *Sinba*, n.2, Abr. 1979, p.3.

É importante lembrar que essas elaborações não visam apenas disputar com a narrativa do regime de Estado vigente que, como veremos a seguir, se empenhou na sustentação do mito da democracia racial, mas também numa tentativa de reeducar o próprio movimento negro. Num ímpeto de sempre repensar o papel da população negra na sociedade, o jornal *Sinba* em todas as suas edições traz críticas ao próprio movimento, publicadas anonimamente. “As cartas serão a melhor forma de incentivar os debates. Publicaremos as

opiniões ainda que não concordemos com o ponto de vista defendido”, diz um comunicado no primeiro número (*Sinba*, n.1, jun. 1977, p.7). Na edição número 2, o texto “Movimento Negro e consciência (I)” (Figura 5) traz uma crítica a ideia de quem prega “ascensão social como solução para os problemas do negro, como se esse fosse um problema individual” (*Sinba*, n.2, Abr. 1979, p.3), distinguindo que racismo não é apenas discriminação racial. Na página seguinte, o texto “Um negro após ascensão!” traz a proposta de entrevistar pessoas negras que “estejam em condições de competição com brancos na mesma função” (Ibidem, p.4) a fim de argumentar como o racismo pode alienar pessoas negras pela ascensão de classe.

Começamos com a opinião de Luiz Guilherme Pessoa da Silva, ginecologista e obstetra formado em 1974 pela Universidade do Pará, transcrita da revista “Vida Médica”.

Na opinião do doutor Luiz o problema racial não tem influenciado a sua carreira. A seguir: “Estou convencido de que a cor da gente está é na inteligência. Assim, quem tem valor intelectual se impõe independente da cor. Graças a Deus procuro sempre **cativar todo mundo** e as pessoas que tratam seu semelhante com dignidade e respeito não têm a sofrer.”

Sobre a existência de preconceito racial ele acha desprezível o número de pessoas que cultivam o racismo no Brasil. E adiante: “Nem procuro me preocupar com esse problema, na realidade, o que a gente observa é que há negros que gritam contra o preconceito racial, mas às vezes é só para justificar a sua inferioridade.” E concluindo: “Na África do Sul o preconceito contra negros é grave porque **lá os negros já estão em condições de disputar posições** com os brancos.”

Quando perguntado que opinião tinha sobre as entidades destinadas à defesa da cultura negra e das reivindicações dos negros em geral, foi categórico: “Acho ridículo congregar os negros em entidades das quais só eles fazem parte, por isso já é, também, uma discriminação racial. O ser humano é um só” — concluiu enfático.

O Dr. Luiz Guilherme, embora não queira confessar, inconscientemente admite a existência do preconceito racial, quando diz que **preocupa cativar todo mundo**. Porque na verdade isso é a forma de não ser repellido pela sociedade branca. É a maneira de evitar ser surpreendido com o adjetivo “seu negro” por um paciente ais afoito. Infelizmente esta é a posição e opinião de muitos negros. Alienados e desinformados, como no caso da África do Sul, em que o Luiz Guilherme afirma

que os negros daquele país **estão em condições de disputar posições com os brancos.** (...).

Contra esse tipo de negro elitista e assimilado, o sociólogo Luiz A. Costa Pinto, em 1952, desancava firme no seu livro — O Negro no Rio de Janeiro. “Este negro não funde a associações de negros, nem frequenta as do tipo popular — Maracatu, Escolas de Samba, etc. — principalmente as localizadas em locais de predominância negra. Precisamente porque são negras e sua maior preocupação é esquecer que é negro; (...) não escreve sobre problema de negros nem se interessa intelectualmente por eles — é europeu, é clássico, no gosto, no estilo na forma e nas preferências. Este negro pretende ser “super-civilizado dos sentidos”, como protesto contra o fato de ser, na sociedade em que vive, o “super-subalternizado na condição”.

Esta é a realidade. Desgraçadamente a realidade do negro elite no Brasil.

(Idem, grifos do próprio jornal).

Fica clara a atenção em localizar as nuances do racismo dentro de uma estrutura hierarquizada. Nilma Lino Gomes destaca que na década de 1970 é que o movimento negro começa a explicitar a “complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais”. Militantes e intelectuais começam a alertar

a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente herança de um passado escravista, mas, sim, um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural (SILVÉRIO: 2002 *Apud* GOMES: 2017, 26).

Essa leitura *raça-classe* se intensifica a cada página de ambos os jornais, muito em consonância com os militantes e intelectuais antirracistas e anticoloniais de outros países do Terceiro Mundo que, como se sabe, fizeram do marxismo sua ferramenta de leitura e intervenção na realidade, construindo uma tradição negra radical (ROBINSON: 2000) e também com a *nova esquerda* que se forjou a partir do exílio, ao entrar em contato com um marxismo mais consequente aos debates de raça, gênero e sexualidade, conforme nos aponta Michael Hanchard (2001, 132). Infelizmente, o discurso raça-classe sempre esteve longe de ser hegemônico na esquerda brasileira, estando esses militantes socialistas negros, no caso da “Afro-Latino-América”, sendo mais consequentes à realidade do país ao elaborar suas leituras. Como argumenta Flávia Rios (2015):

O esforço reflexivo de intelectuais negros como Hamilton Cardoso, jornalista e um dos editores de *Versus*, foi justamente a tentativa de superação dessa contradição na práxis e no pensamento político, introduzindo na equação um paradoxo, e desfazendo-se do raciocínio cuja consequência leva à necessária supressão de uma identidade política. (p.120)

As elaborações de Hamilton são taxativas em localizar o racismo enquanto consequência das mazelas do colonialismo reestruturadas pela exploração capitalista, sendo a revolução socialista a principal via de superação dessa situação. Apontando a negligência dos marxistas em relação à questão racial e ao potencial revolucionário da população negra, fica evidente que qualquer ímpeto de ler ou transformar a realidade brasileira que não passe pelo protagonismo negro, na visão desses socialistas negros, estaria equivocada.

Essa utilização do marxismo na construção de uma concepção socialista negra está bastante em consonância com movimentos negros e anti-coloniais da América e da África. Pela sua ligação com a organização trotskista Convergência Socialista, pode-se dizer que a “Afro-Latino-América” também foi influenciada pelas trocas entre o intelectual negro Cyril Lionel Robert James³⁰ e Leon Trótski, que discutiram através de cartas sobre os movimentos de auto-determinação negra nos Estados Unidos e na África, mostrando uma característica internacional nesses movimentos. Discutiremos agora com mais detalhes essa característica do movimento negro na década de 1970.

3.2. Diáspora africana e a luta internacionalista

A primeira legislação da Ditadura Militar (1964-1985) que definia os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social foi o Decreto-Lei nº 314 publicado em 1967. Esse tipo de legislação sustentava juridicamente o caráter nacionalista, autoritário e antidemocrático que foi esse período. As definições se tornaram mais severas com o

³⁰ C. L. R. James (1901-1989) foi um importante pensador marxista. Nascido na ilha de Trinidad, colônia britânica, graduou-se no *Queen's Royal College*, tornando-se professor de inglês e história. Mudou-se aos 31 anos para a Inglaterra onde passou a ter contato com a militância e intelectualidade marxista e anticolonial. Foi editor da *International African Opinion*, uma revista publicada pela *International African Service Bureau*, uma sociedade de ativistas negros da Europa e das colônias Africanas da qual ele foi fundador junto com George Padmore e Amy Garvey. Sua obra mais conhecida é *Os Jacobinos Negros*, que trata da Revolução Haitiana.

Decreto-Lei nº 510, publicado em 20 de março de 1969.³¹ O artigo 33 desse decreto afirma que aquele ou aquela que incitar “ao ódio ou à discriminação racial” terá como pena 1 a 3 anos de detenção. O parágrafo único, logo em seguida, afirma que se o crime for “praticado por meio de *imprensa, panfletos ou escritos* de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena será aumentada de metade”.

Outra informação importante sobre a relação da Ditadura com a questão racial é o fato do quesito cor/raça ter sido removido do censo de 1970 por ser considerado pelo regime como “racismo”. O próprio IBGE, inclusive, teria difundido anos antes uma cartilha que valorizava o “tipo brasileiro”, fruto da miscigenação e do respeito que todas as pessoas, independente da cor ou raça, supostamente, comungam:

“Nosso povo resulta de uma mistura que aos poucos vai formando o tipo brasileiro. (...) Qualquer que seja a cor da sua pele, você deve orgulhar-se dela. Porque no Brasil, como você sabe, todas as raças são respeitadas: todos somos brasileiros, com os mesmos direitos e obrigações.” (IBGE:1960, p. 13 *Apud* ANJOS:2013, 111)

Um olhar desatento sobre essas definições pode concluir que havia uma preocupação do governo em combater o racismo no Brasil. O fato é que essas medidas estavam em consonância com um projeto político que visava a construção ideológica de uma unidade nacional — o que pressupõe combater toda forma de crítica ao poder que fora estabelecido através de um golpe em 1964. Colocados como inimigos internos a serem combatidos, a criminalização e perseguição dos movimentos sociais opositores à Ditadura foi uma das mais fortes características da primeira década do regime, não estando o movimento negro fora disso. Essa informação é fundamental para entender o contexto em que o Brasil e o movimento negro (enquanto opositor ao poder pré-estabelecido) se encontrava.

Como vimos anteriormente, o acirramento do regime fez com que parte da militância opositora à Ditadura passasse a atuar através luta armada, enquanto alguns se exilavam e outros atuavam de diversas formas, na clandestinidade. O jornal *Versus* buscava

³¹ Para maior contextualização sobre a Lei de Segurança Nacional, ver o verbete temático do Dicionário do CPDOC/FGV, disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em 20 dez 2019.

problematizar a situação brasileira à luz das experiências dos países vizinhos que também passavam pela experiência autoritária, fazendo com que o corpo do jornal fosse bastante preenchido com contribuições internacionais latino-americanas. Este e boa parte dos jornais da imprensa alternativa tiveram forte influência dos movimentos de contracultura que, desde o maio de 1968 francês, colocaram em xeque paradigmas políticos, estéticos e comportamentais (FICO E PAULA, 2009).

A segunda metade do século XX é caracterizada por importantes mobilizações cuja pauta racial é central. Os principais processos de descolonização, onde foram forjadas importantes lideranças políticas africanas contemporâneas, acontecem neste período: Kwame Nkrumah (Gana, 1957), Patrice Lumumba (República Democrática do Congo, 1960), Agostinho Neto (Angola, 1961), Samora Machel (Moçambique, 1964) e Amílcar Cabral (Guiné-bissau, 1973). Na África no Sul, o regime de segregação conhecido como Apartheid (1948-1994) levantou muitos debates e formou também muitas lideranças, como é o caso Steve Biko, visto por muitos como um mártir na luta antirracista sul-africana. Nos Estados Unidos explodiram as lutas por direitos civis, caracterizadas pelas campanhas pela liberdade de Angela Davis e outras lideranças presas e pela fundação do Partido dos Panteras Negras (1966). No Brasil, o evento tido como o principal marco da luta antirracista, como já foi dito aqui, é a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978.

Dentro de um contexto de guerra fria, de formulação de novas hierarquias geopolíticas e, portanto, de novas formas de disputa de dominação dentro do Capitalismo, esses processos de emancipação acabaram sendo vetores de elaborações importantes não apenas sobre como o racismo explora e subjuga econômica, cultural, intelectual, social e psicologicamente, mas, principalmente, qual o papel da consciência racial e da identidade negra — lugar que podemos dizer que Aimé Césaire,³² com o movimento *Négritude*, foi um importante precursor. Essas experiências práticas e elaborações teóricas acabam circulando e, apesar de não terem sido as únicas determinantes para a atuação do movimento negro

³² Aimé Césaire (1913-2008) foi um poeta ativista martinicano e o precursor da corrente artístico-literária *Négritude* que, em uma elaboração conjunta com o senegalês Léopold Sédar Senghor, teve como objetivo o enfrentamento da lógica colonial desumanizadora e a valorização dos sujeitos e das culturas africanas e afrodescendentes. O termo se popularizou a partir da criação da revista *Présence Africaine* em 1947 que reuniu a intelectualidade negra de diversas partes do mundo.

contemporâneo, desempenharam um papel importante. No mesmo contexto se insere o trabalho de Frantz Fanon³³ que foi uma das principais referências teóricas do movimento negro nos anos de 1970 não só para o entendimento da história, mas também para uso dessa teoria como arma política de transformação social, conforme vemos na fala de Amauri Mendes, editor da *Sinba* e um dos fundadores do MNU:

Eu comecei a ler *Alma no exílio*, que foi a experiência do Cleaver, que era uma das principais lideranças dos Panteras negras, e logo depois “entrei” no Fanon. Li os dois ao mesmo tempo. Foi uma loucura! Aquilo era demais! Fanon era a crucialidade: “a violência como parteira da História”. O Fanon era um pouco mais pra mim do que era Che Guevara. Porque o Che era um revolucionário que tinha morrido, portanto perdeu, e foi aqui na América, e não era negro. O Fanon era negro. Foi uma proximidade maior que eu tive com ele. O Fanon não foi morto na luta, eles ganharam, fizeram a revolução. E na minha cabeça, aquilo me apaixonou. Vivia com os livros debaixo dos braços. Tinha todo um folclore de que, na ditadura, quem viva com os livros tinha que ler encobrendo os nomes, olhando para os lados. Havia todo um temor.³⁴

A iniciativa do Jornal *Sinba*, que apresenta textos sobre questões raciais e anti-coloniais em uma diversidade de países como a Namíbia, Rodésia, Moçambique, Nigéria e África do Sul, é um grande exemplo de como a África passa a se tornar cada vez mais referência do movimento negro brasileiro. Esses textos, juntos com escritos sobre racismo no Brasil (como a seção *Racismo nosso de cada dia*, que descreve casos de racismo em diferentes estados do país), ajudam a construir um imaginário de que o racismo é um fenômeno que não tem fronteiras, portanto a luta contra eles também acontece no âmbito

³³ Frantz Fanon (1925-1961), foi um importante psicanalista e intelectual marxista martinicano. Como psiquiatra do exército francês, atuou na guerra de libertação da Argélia, iniciada em 1954. Sua obra está inserida, principalmente, no entendimento das consequências subjetivas psicológicas da colonização, não apenas para os povos colonizados mas também para a construção das lógicas e consciências colonizadoras. Suas duas grandes obras são os conhecidos *Peau noire, masques blancs* (1952) e *Les Damnés de la Terre* (1961).

³⁴ Entrevista concedida para o trabalho de Alberti e Pereira (2007:75).

internacional. Neste número também encontramos um texto intitulado *O que é a África?*, que começa da seguinte forma:

A maneira mais comum de se responder a essa pergunta no Brasil é invocado os laços de sangue e de cultura que nos ligam a ela. (Não pretendemos abrir mão desses conceitos e dessa verdade — até porque ainda é uma das nossas reivindicações, a aceitação, pelo Brasil e pelos brasileiros, das suas verdadeiras origens). Se até algum tempo atrás o pouco de informações que tínhamos sobre a África nos era dado por antropólogos e etnólogos; o mesmo não ocorre atualmente, e por isso, esse tipo de resposta àquelas informações já não pode satisfazer-nos de maneira alguma. Falar de África como terra de nossos escravos, mãe do nosso folclore, e outros lugares comuns, é tentar manter uma imagem completamente superado no tempo. E no entanto, é a única que ocorre aos mais bem informados brasileiros. (*Sinba*, n.1, Jul. 1977, p.5)

A seção “Afro-Latino-América” em diversos momentos também traz à tona a África e os seus movimentos. Já na primeira página da primeira edição há a chamada *Nem almas brancas / nem máscaras negras*, em uma clara alusão ao livro *Pele Negra, Máscaras brancas* de Fanon. Uma matéria intitulada *As raízes de Tereza Santos* e assinada por Astrogildo Esteves Filho traz, no número 18, uma entrevista sobre o trabalho desta atriz e militante na Guiné-Bissau, além de suas leituras sobre as correlações de forças, o papel do partido, o papel da mulher na revolução, e outros assuntos. Começa com a seguinte chamada:

O que está acontecendo na África? Para onde caminham os africanos e seus partidos? Se estivesse vivo, o que diria Amílcar Cabral das revoluções da ex-África portuguesa? Eis questões para serem respondidas, para as quais procuraremos as soluções. Tereza Santos é militante do Movimento Negro Brasileiro e foi atuante nesta região da África. O que ela aprendeu neste período? (*Versus*, n.18, Fev. 1978, p. 41).



Figura 6: Matéria FBI contra o movimento negro, na 14ª seção “Afro-Latino-América”.

Versus, n. 25, outubro 1978, p. 43 e 44.

A “Afro-Latino-América” também traz em alguns momentos matérias sobre a experiência do movimento negro nos Estados Unidos. *Onde estão os panteras?* é o título do texto de Neusa Maria Pereira (Versus, n.20 Abr. 1978, p.41), que questiona os lugares ocupados pelos militantes revolucionários após empreitadas do FBI para acabar com o Partido dos Panteras Negras. em Algumas edições depois, assinada por "Baxter Smith, militante negro Socialista norte-americano", a matéria *FBI contra o movimento negro* publicada no n. 25 da *Versus*, de outubro de 1978 (Figura 6), traz os métodos que a polícia estadunidense utiliza para tentar acabar com as organizações revolucionárias negras: “infiltração, desmoralização, prisões, em última análise, o assassinato” (p. 43). A matéria é ilustrada pelo símbolo do Partido dos Panteras Negras, uma imagem de membros da Ku Klux Klan segurando a bandeira dos Estados Unidos e imagens de Malcolm X e Martin Luther King — cujo legado ativista, 11 anos após sua morte, foi tema de uma matéria publicada na edição 31, em abril de 1979, assinada por John Hope Franklin.

É preciso lembrar que durante todo o século XX houve a circulação de referenciais antirracistas a nível internacional no *Atlântico Negro* — para usar a expressão do historiador britânico Paul Gilroy (2001) —, que isso não foi uma novidade completa na década de 1970.

No começo do século, por exemplo, muitas trocas aconteciam entre *O Clarim D'Alvorada*, jornal fundado por José Correia Leite em São Paulo, e o *Chicago Defender*, importante veículo da imprensa negra estadunidense. Como já dito aqui, não aconteceu uma simples “importação” de ideias dos Estados Unidos para o Brasil (como se costuma dizer), mas houve uma relação mútua, tendo a Frente Negra Brasileira inspirado muitos negros estadunidenses e também porto-riquenhos por exemplo, conforme nos aponta Pereira (2014:215). Contudo, o que tentamos apontar aqui foram os usos dessa circulação de referências nos anos 1970 que, em certa medida, fazem parte do arcabouço dos militantes negros e negras no Brasil e fora dele até hoje. Forjada nesse período, temos hoje uma consciência racial e de luta muito mais referenciada em movimentos e figuras africanas e da diáspora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michael Hanchard, em sua pesquisa sobre o movimento negro brasileiro da década de 1970, observa que em 1980, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pretos e pardos eram 30% da população do estado de São Paulo e 40% no estado do Rio de Janeiro. Ele lembra ainda que “a percentagem de mulatos na população aumentou nos últimos trinta anos em decréscimo da população negra no mesmo período” (2001, 44). Olhando os dados de 2019, 39,8% dos paulistas se identifica como preta ou parda, sendo 53,6% no estado do Rio. Nacionalmente, a população negra foi de 53,2% em 2012 para 56,1%, sete anos depois.³⁵ Ora, se cada vez mais brasileiros têm se identificado racialmente como preto ou pardo, isso se deve pela atuação do movimento negro, prática e teórica, nos últimos 40 anos.

A última década foi fortemente marcada pelo debate sobre a autodeclaração negra, fruto da Política de Cotas que é uma reivindicação vitoriosa do movimento negro. Ainda que seja difícil mensurar, nunca se falou tanto sobre o lugar do negro na mídia, na cultura, no mercado de trabalho, no mercado editorial, no campo da psicologia, na educação — especialmente o ensino de História, do negro como agente histórico, em um ensino antirracista. Isso também se relaciona à luta histórica do movimento negro pela educação, que se concretizou na lei que exige que o 20 de novembro seja parte do calendário escolar e que seja ensinada a “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.³⁶ Essa nova fase de consciência racial, cada vez mais politizada e internacionalizada como vimos aqui, tem na década de 1970 o seu começo, como também nos aponta Hanchard (2001, 41).

Apesar dos militantes protagonistas dessa história, com todas as dificuldades, circularem e terem suas inspirações em figuras e movimentos que ultrapassam barreiras geográficas, é importante lembrar que esta pesquisa, cujas fontes são oriundas do Sudeste do país (especificamente Rio de Janeiro e São Paulo, de onde são as produções *Sinba* e

³⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD). IBGE, 3º trimestre de 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>. Acesso em 20 dez 2019.

³⁶ Lei 10.649/2003, complementada pela 11.645/2008, já comentadas aqui.

“Afro-latino-América”, respectivamente), não retratam, por óbvio, a totalidade do movimento negro no Brasil neste período. Esse limite aponta para a necessidade de se desbravar, cada vez mais, as experiências de militantes negros e negras nas demais regiões do país, entendendo suas especificidades e como se pode haver uma influência entre esses diversos movimentos durante a Ditadura — mas não apenas, também através de toda a história.

Como este movimento negro, em plena ditadura militar, atuava? Como ele utilizou os jornais, enquanto instrumento de luta, para disputar narrativas políticas? Que agendas políticas influenciaram o discurso e a prática dos militantes negros e negras da década de 1970? É possível ver a prática deste movimento como (re)educadora? Essas foram algumas perguntas que mobilizaram essa pesquisa, que, como toda empreitada acadêmica, não está fechada e pode levar a novas perguntas. Mas podemos ter a certeza de que este movimento negro foi fundamental para a posição que chegamos hoje. Como argumenta Nilma Lino Gomes:

se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios, os limites, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção de igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (2017, p.18-19).

Vimos como, mesmo diante de tantas as dificuldades, foi possível criar um movimento com uma agenda própria, em contato com as lutas do Atlântico Negro, em constante elaboração e auto-crítica; como o movimento negro mobiliza a história do Brasil e da Diáspora Africana de forma política, visando ampliar a consciência da população negra; como a imprensa continuou sendo uma ferramenta histórica do movimento negro; resta estarmos atentos para aquilo que Nilma aponta, que é sempre enxergar como as práticas políticas geram “saberes emancipatórios” que reeducam a sociedade, o Estado e os próprios movimentos. É sempre importante lembrar da conexão que existe entre a luta política e os saldos positivos, sejam eles em consciência política, sejam eles em políticas públicas.

Por fim, importante lembrar da força emancipatória da diáspora africana. Sabemos o quanto as conjunturas locais são determinantes na hora de colocar em prática soluções para os problemas que assolam nossas sociedades. Contudo, o século XX nos mostrou o potencial que os movimentos têm, ainda que em diferentes territórios, de dialogar, influenciar e produzir entre si; dos militantes aos intelectuais, os saberes da diáspora são saberes que somam (ou deveriam somar) para se pensar a liberdade de todos os povos, por uma nova forma de se viver, em um projeto global de sociedade, superando as amarras de classe, raça, gênero ou quaisquer outras. Como Huey Newton, dirigente do Partido dos Panteras Negras, costumava dizer, “*Black Power* é sobre dar poder às pessoas desempoderadas para que elas decidam o seu destino”. E pudemos ver que movimento negro brasileiro, no período aqui analisado, deu importantes passos. É nosso dever reconhecer esse movimento, esses saberes e esses passos para prosseguirmos rumo à emancipação.

JORNAIS CONSULTADOS

Seções “Afro-Latino-América” no jornal *Versus*

- 1ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 30 a 33, *Versus* N.12, Julho-Agosto 1977
- 2ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 31 a 34, *Versus* N.13, Agosto-Setembro 1977
- 3ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 25 a 28, *Versus* N.14, Setembro 1977
- 4ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 34 e 35, *Versus* N.15, Outubro 1977
- 5ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 25, 38 a 41, *Versus* N.16, Novembro 1977
- 6ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 38 a 41, *Versus* N.17, Dezembro/1977 e Janeiro/1978
- 7ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 37 a 41, *Versus* N.18, Fevereiro 1978
- 8ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 39 a 42, *Versus* N.19, Março-Abril 1978
- 9ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág.39 a 42, *Versus* N.20, Abril-Maio 1978
- 10ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág.39 a 42, *Versus* N.21, Maio-Junho 1978
- 11ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 38 a 42, *Versus* N.22, Junho-Julho 1978
- 12ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 32 a 35, *Versus* N.23, Julho-Agosto 1978
- 13ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 38 a 42, *Versus* N.24, Setembro 1978
- 14ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 40 a 44, *Versus* N.25, Outubro 1978
- 15ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 39 a 43, *Versus* N.26, Novembro 1978
- 16ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 40 a 44, *Versus* N.27, Dezembro de 1978
- 17ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 42 a 48, *Versus* N.28, Janeiro 1979
- 18ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 38 a 43 *Versus* N.29, Fevereiro 1979
- 19ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 37 a 43, *Versus* N.30, Março 1979

20ª. Seção “Afro-Latino-América”: pág. 38 a 42, Versus N.31, Abril de 1979

Jornal *Sinba*

Sinba, n.1, Julho de 1977

Sinba, n.2, Abril de 1979

Sinba, n.3, Agosto de 1979

Sinba, n.4, Março de 1980

Sinba, n.5, Setembro de 1980

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (orgs). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANJOS, Gabriele dos. **A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, 2013. v. 41, n. 1, p. 103-118.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, Jan/Jun 2003, pp. 28-49.

DOMINGUES, Petrônio. **Verbetes “Imprensa negra”**. In: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes. **Dicionário da escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 253-259.

DOMINGUES, Petrônio. **Verbetes “Associativismo negro”**. In: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes. **Dicionário da escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 131-122.

CASTRO, Hebe. **História Social**. In: Domínios da História. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (org). Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FICO, Carlos. ARAÚJO, Maria Paula (org). **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Campinas: Educ. Soc., v. 33, n. 120, 2012. p. 727-744.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Ed. Scritta, 1991.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O mundo negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação de mestrado em História. Brasília, Unb, 2006.

RIOS, Flavia. **Black and Red: o debate sobre raça e classe nas páginas do jornal socialista Versus (1975-1979)**. São Paulo: Lutas Sociais, vol.19 n.34, 2015. p.114-125.

RIOS, Flavia. **Elite Política Negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. Tese de doutorado em Sociologia, USP, 2014.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism: the making of a black radical tradition**. The University of North Carolina Press, 2001.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O movimento negro e a crise brasileira.** In: Política e Administração, vol. 2, julho-setembro de 1985.

SILVA, Joselina da. **Jornal Sinba: a África na construção identitária brasileira dos anos 1970.** In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (orgs). O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.